

JUVENTUDE EM PAUTA: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

dos Santos Crispim Kelly.

Cita:

dos Santos Crispim Kelly (2010). *JUVENTUDE EM PAUTA: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/84>

JUVENTUDE EM PAUTA: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL¹

Autor: Kelly dos Santos Crispim²
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Kellycrispim@hotmail.com

Co-autor: José Henrique Artigas de Godoy³
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
jhartigasgodoy@hotmail.com

Área Temática: Estado, Administración y Políticas Públicas

1. INTRODUÇÃO

A juventude brasileira começa a ser uma preocupação da sociedade civil e assunto de pautas políticas a partir da segunda metade da década de 1990. As ações que se desenvolveram, nesse período, correspondiam às políticas de integração. Abramo (1997) percebe a existência de dois grandes blocos voltados para enfrentar as dificuldades de “integração social” do jovem em desvantagem econômica: de um lado, programas de ressocialização ou ocupação do tempo numa perspectiva de pedagogização, e de outro lado, a criação de programas de capacitação para adequação ao mercado de trabalho.

De modo geral, os jovens passaram a chamar a atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de problemas sociais como baixa renda domiciliar *per capita*, escolarização precária, as frágeis condições para a permanência no sistema escolar, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, entre outros. (Freitas & Papa, 2008). Da mesma forma Pochmann (1998) afirma que há a ampliação da crise social juvenil, relacionada aos processos de integração à vida adulta porque não ocorre mais facilmente a passagem da escola ao mercado de trabalho. Sendo assim, o desemprego dos jovens tem como consequência o aumento da vulnerabilidade juvenil.

Nesse sentido, observa-se que a realidade sócio-cultural e político-econômica do jovem em situação de vulnerabilidade, é permeada pela entrada precoce no mercado de trabalho para que possa garantir a sua subsistência, enquanto os jovens das classes média e alta possuem condições para dedicarem mais tempo aos estudos obtendo assim, uma formação profissional mais ampla e condizente com as exigências do mercado de trabalho. Diante das dificuldades reforçam-se a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade do jovem, a qualificação profissional, a participação social, a garantia do primeiro emprego - a fim de

¹ Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.

² Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

proporcionar-lhe experiência profissional –, além de uma política integrada de proteção social.

Recentemente as políticas públicas de juventude passaram por reformulação ganhando novos contornos. As transformações tiveram como objetivo ampliar a integração entre as ações de cunho emergencial e destas com as ações interligadas a área de saúde, esporte, cultura e educação. Além disso, houve a ampliação da faixa etária incluindo os jovens de 18 – 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, trabalham e vivem em domicílio com renda per capita de até meio salário mínimo, dessa forma incluindo uma parcela mais ampla dos jovens excluídos socialmente.

Portanto, este trabalho objetiva estudar as principais transformações das políticas públicas em linhas gerais, o governo federal está implementando para os próximos anos o PROJOVEM Integrado - que unificou seis programas existentes (Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica e Projovem) visando racionalizar as ações e recursos, elevando o potencial e a capacidade de atendimento.

Este artigo está subdividido em dois momentos: primeiramente, será apresentada a discussão sobre a juventude como questão social e as políticas públicas. No segundo momento, será apresentada de forma sucinta, os programas de juventude existentes no período de 2007 e as mudanças sofridas após o segundo mandato do presidente Lula e por fim, as considerações finais.

2. JUVENTUDE E A QUESTÃO SOCIAL

Em seu contexto histórico a nova questão social é entendida como resultado das transformações do capitalismo contemporâneo e da crise do *Welfare State*, seguida do advento do neoliberalismo.

Como cenário da questão social, a crise do *Welfare State* e o esgotamento da capacidade de financiamento da agenda social representam significativa mudança dos marcos institucionais e das diretrizes da política estatal sob inspiração liberal, contribuindo para gerar efeitos na estrutura social das grandes cidades (Lima, 2007).

Esse conjunto de mudanças fez com que o debate sobre a política de transferência de renda ganhasse uma importância na agenda política brasileira (Diniz, 1999, Lavinhas, 2000, Draibe, 1999). A herança das políticas sociais praticadas pelo Estado desenvolvimentista, centralizador e clientelista, foram marcadas por distorções decorrentes na fragmentação e descontinuidade das ações, da sobreposição dos objetivos, da ineficácia dos gastos e da baixa efetividade social (Draibe, 1999).

Nesse contexto Castel (1998) fez pertinentes questionamentos sobre o assunto. Para esse autor o recrudescimento da pobreza e da exclusão social, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e o desmonte dos direitos sociais caracterizam o que Castel chama de “questão social”. O autor menciona que o desgaste do tecido social, designado de questão social, tem gerado um quadro de insegurança, tendo como consequência a “desestabilização dos estáveis”, a “instalação da precariedade” e a existência dos “sobrantes”. Para Castel (1997, 179-180), a “desestabilização dos estáveis” engloba aqueles “trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão do trabalho clássico e que se encontram ejetados dos circuitos produtivos”. A “instalação da precariedade” atinge frequentemente “os jovens, com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de ajuda

social” e que acaba por configurar o que se “poderia chamar de cultura do aleatório, pois as pessoas vivem o dia-a-dia” de forma vulnerável e instável.

Nesse contexto, a análise da juventude como questão social nos remete à contextualização das políticas sociais no panorama brasileiro.

No caso brasileiro, uma das questões mais preocupantes é a do trabalho precoce, que antecede a saída da escola – sem qualquer garantia de que esta saída ocorra após a conclusão do nível básico de ensino – e que tende a dificultar a continuidade dos estudos, bloqueando as oportunidades futuras. A este problema veio somar-se o da crise do emprego, que atinge os jovens de forma acentuada, tanto pelo desemprego quanto pela ocupação em postos de trabalho precários.

Apesar de o ingresso precoce de jovem ser uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro, existe uma clara tendência a diminuição desse fenômeno. Isto pode ser demonstrado pela comparação das taxas de participação apresentadas pelo IPEA e pelo indicadores sociais do IBGE 2008.

Antes de atingir 18 anos de idade, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho, porém, a partir dos 18 anos, estudar torna-se privilégio de uma parcela ainda menor. Entre aqueles de 18 a 24 anos de idade, 12,1% têm como atividade exclusiva o estudo, e no grupo de 25 a 29 anos, apenas 2,2%. O percentual de jovens que apenas trabalham e não estudam é de 56,3% para o grupo de 18 a 19 anos e de 78,6% para o de 25 a 29 anos de idade (IPEA, 2008).

Outra relevância consiste na situação educacional do grupo de 18 a 24 anos de idade, que teve menor evolução na última década. De 1997 para 2002, a frequência escolar dos 20% mais pobres aumentou de 19,6% para 27%, porém voltou a cair, em 2007, para 25,3%. Mesmo entre os 20% mais ricos, a taxa, que havia aumentado de 47,4% para 51,2%, em 2002, caiu para 50,0%, em 2007 IBGE (2008).

Sobre o problema do desemprego, sabe-se que, universalmente, ele tende a ser mais acentuado entre os jovens que entram no mercado de trabalho do que entre o restante da população. No Brasil, a situação não é diferente. Os jovens – entre 15 e 29 anos – apresentam taxas de desemprego em 2007 de 63%, correspondendo a 4,6 milhões de jovens. Nota-se que o desemprego juvenil era 2,9 vezes maior que o dos adultos (a taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego de adultos era de 4,8%) (IPEA, 2008).

Esses dados indicam o quanto têm sido restritas as oportunidades disponíveis aos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Se a “crise do emprego” da década de 1990 atingiu toda a população trabalhadora, os jovens foram particularmente prejudicados. Assim, Castro & Aquino (2008) afirmam o seguinte:

Altas taxas de desemprego, ocupações precárias e baixos salários têm comprometido a trajetória educacional e profissional dos jovens. Além disso, refletem diretamente nas garantias sociais, trabalhistas, na condição e no exercício da cidadania, tendo em vista que o vínculo com a rede pública de proteção social ainda se dá em grande medida via inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a “crise do emprego” evidencia os limites impostos pela adoção do trabalho como mecanismo central de inserção social dos indivíduos, inclusive para efeito das políticas públicas de proteção social. Na atualidade, são muitas as estratégias de sobrevivência que, escapam à definição clássica de trabalho e possibilitam formas de inserção alternativas no mundo do trabalho. Desse modo, reconhecer essa realidade e fomentar seu potencial inclusivo, até mesmo apoiando a sua capacidade de gerar e distribuir renda e proteção social pode ser uma tarefa premente para as políticas públicas de inclusão dos jovens [Castro & Aquino, 2008: p.22].

3. JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

No caso específico da juventude, Rua (1998) assinala que existem alguns elementos fundamentais para entender o porquê dos jovens serem ou não contemplados na formulação e implementação das políticas públicas no Brasil. Dentro desse contexto, a autora conceitua políticas públicas como sendo: “conjuntos de decisões e ações destinados à resolução de problemas políticos” (Rua, 1998, p. 731). Essas decisões e ações envolvem atividade política, que corresponde ao conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos que se relacionam a bens públicos.

De modo geral, os programas destinados aos jovens dirigem-se prioritariamente àqueles considerados em situação de risco social, mas surgem com fortes características de desagregação interna entre os órgãos executores e os demais níveis governamentais de intervenção. A perspectiva compensatória é o objetivo da maioria das iniciativas que assumem caráter profilático ou corretivo das possíveis distorções causadas pelas desvantagens sociais desses jovens. Nessa perspectiva é comum encontrar o discurso da utilização do trabalho, qualificação profissional, educação, arte, cultura e esporte como possíveis soluções a situação de vulnerabilidade apresentadas pelos jovens.

Nos últimos anos, no Brasil tem havido uma maior preocupação com os programas de políticas públicas de juventude (Sposito *et al*, 2006, Sposito e Carrochano, 2005, Sposito e Carrano, 2004). Esses programas são variados em seus enfoques, estratégias, objetivos e modelos. Mas, de modo geral, apresenta repetições em seu direcionamento, ou seja, tomam como foco a parcela da juventude qualificada como estando em situação de vulnerabilidade social.

Tendo em vista esta situação Castro & Aquino (2008) destacam que o desafio que está colocado para o país hoje é o de ampliar consideravelmente o escopo da Política Nacional de Juventude, de modo que esta possa beneficiar com efetividade todas as juventudes brasileiras. A aceleração da aprendizagem, a transferência de renda e a qualificação profissional, como frentes de atuação emergenciais para favorecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho, não devem restringir os objetivos de uma política nacional para jovens, tendo em vista o cenário de demandas multiplicadas, em que o trabalho tal como tradicionalmente concebido perde força como mecanismo central de inserção social dos indivíduos. Assim, é fundamental aprimorar a gestão das iniciativas existentes, para resolver problemas como as superposições de políticas e garantir chances de maior efetividade.

4. PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO PERÍODO DE 2007

O reconhecimento da importância da educação e qualificação para os jovens, bem como de suas dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tem estimulado a criação de programas que aumentam a elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania.

Em 2007 os programas existentes para elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania eram: Projovem, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Saberes da Terra, Proeja como mostra o quadro 1. E os que forneciam apenas qualificação e formação profissional: Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Consórcio Social de Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Jovem Aprendiz como está apresentado no quadro 2.

Programas elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania

Programa	Principal benefício oferecido	Público-alvo
Projovem	Certificação de ensino fundamental, capacitação inicial ao mundo do trabalho, desenvolvimento de ações comunitárias e pagamento de um auxílio financeiro de R\$ 100 por mês.	Jovens de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que terminaram a 4º série, mas não concluíram a 8º série do ensino fundamental.
Agente Jovem	Oferta de assistência social, aulas de saúde, cidadania e meio ambiente em período oposto ao da frequência à escola, e pagamento de bolsa mensal de R\$ 65, durante um ano.	Jovens de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que terminaram a 4º série, mas não concluíram a 8º série do ensino fundamental.
Juventude Cidadã	Profissionalização, elevação de escolaridade, prestação de serviços comunitários e formação para a cidadania, e R\$ 600 distribuídos em (cinco) parcelas, de R\$ 120.	Jovens entre 16 e 24 anos, provenientes de famílias de baixa renda (renda familiar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo).
Saberes da terra	Elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e desenvolvimento de solidariedade e da cidadania.	Jovens e adultos agricultores, familiares e excluídos do sistema formal de ensino.
Proeja	Educação profissional integrada com ensino médio: cursos de formação inicial e continuada, com carga horária máxima de 1.600 horas.	Jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental e tenham, no mínimo, 18 anos de idade.

Quadro 1. Programas para elevação de escolaridade, capacitação profissional e cidadania

Fonte: Castro & Aquino (2008), p.142.

Programa para qualificação e formação profissional

Programas	Principais benefícios oferecidos	Público-alvo
Escola de fábrica	Oferta de cursos de iniciação profissional dentro de empresas, bolsa mensal de R\$ 150 por seis meses.	Jovens de baixa renda de 16 a 24 anos desempregados.
Soldado cidadão	Cursos de capacitação e formação profissional.	Jovens recrutas.
Consórcio Social de Juventude	Capacitação profissional específica durante quatro meses, vale-transporte, e uma bolsa auxílio no valor de R\$ 150.	Jovens de 18 a 24 anos desempregados e integrantes de família com renda mensal <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo. Pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex presidiários têm prioridade no atendimento.
Empreendedorismo	Linha 1: Financiamento de projetos de qualificação e incubação de	Jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de

Juvenil	empreendimento de jovens oriundos de outras ações de Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Linha 2: Projetos de qualificação e incubação de empreendimento de jovens não-participantes de outras ações do PNPE. Linha 3: elaboração de metodologias e inovações tecnológicas voltadas ao fomento do empreendedorismo juvenil.	famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo, estejam matriculados e freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio ou cursos de educação de jovens e adultos.
Jovem aprendiz	Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado.	Jovens de 14 a 24 anos.

Quadro 2. Programas para qualificação e formação profissional

Fonte: Castro & Aquino (2008) p.142

Observando os quadros 1 e 2 pode-se afirmar que os 10 programas apresentados foram criados, principalmente, para atender a população de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou seja, enfrentam problemas tais como: baixa renda, desemprego, baixo níveis de escolaridade ou apresentam uma inserção precária no mercado de trabalho.

Portanto, nota-se que no período de 2007 a Política Nacional de Juventude está relacionada a dívida social apresentada pelo país nos últimos anos por isso, Castro & Aquino (2008) ao fazer a avaliação preliminar dos objetivos e público alvo dos programas perceberam que a qualificação profissional e a aceleração nos níveis de escolaridade aparecem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda que não tiveram acesso a educação básica de qualidade.

Além das ações de transferência de renda, aceleração da escolaridade e da qualificação profissional Castro & Aquino (2008) destacaram aspectos que remetem ao campo do planejamento e gestão pública, tais como:

- multiplicidade de programas, sem coordenação e articulação entre eles;
- duplicações da população-alvo;
- heterogeneidade no valor do auxílio financeiro repassado, podendo suscitar um sentido de ações concorrentes e não integradas ou complementares;
- falta de integração eficiente entre as ações de escolaridade e capacitação;
- duplicidade de ações de capacitação implementadas por vários órgãos diferentes;
- ausência de integração espacial na implementação, resultando em pulverização de ações e recursos públicos;
- ausência de integração dos programas emergenciais com outras ações importantes para os jovens: saúde, cultura e lazer; e
- falta de estratégia integrada de acompanhamento, avaliação e reorientação dos diversos programas, visando ao seu aperfeiçoamento [Castro & Aquino, 2008: p.146].

No começo de 2007, o governo federal deu início a um processo de estudos e discussões com o objetivo de redirecionar as políticas nacionais de juventude tendo como meta a resposta de dois desafios, quais sejam: a) ampliar o potencial de integração dos programas emergenciais; e b) aumentar o público atendido pelos programas emergenciais para o universo de todos os jovens considerados excluídos, definidos como jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílio com renda per capita de até ½ salário mínimo.

Concluído o processo de estudos e discussões os programas apresentados nos quadros 1 e 2 foram inseridos em apenas um programa emergencial de juventude (Projovem) que aborda a integração curricular de educação, capacitação e ações de cidadania, além disso, o programa foi subdividido em quatro modalidades: ProJovem

Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador (quadro 3). Com o novo ProJovem, haverá a unificação do valor do auxílio financeiro em R\$ 100, que será estendido também aos jovens do campo. Os currículos e a carga horária também serão unificados. Sua gestão será compartilhada entre a Secretaria Geral da Presidência da República – por meio da Secretaria Nacional de Juventude –, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o Ministério da Educação e Cultura - MEC.

O programa unificado que corresponde ao projovem, em linhas gerais tem as seguintes finalidades (Projovem 2007):

- ProJovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
- ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
- ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Atenderá a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo.

Programas de juventude que foram incorporados ao (novo) projovem

Programas atuais	Programa unificado	Principais mudanças previstas
Agente jovem	PROJOVEM ADOLESCENTE	Extinção do auxílio financeiro de R\$ 65, prioriza os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família (PBF); extensão territorial na lógica do Cras (Suas) para até 4 mil municípios até 2010; ampliação da permanência no programa para até 24 meses.
Projovem	PROJOVEM URBANO	Ampliação da faixa de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos; ampliação da duração do programa de 12 para 18 meses; extensão para as unidades prisionais e de adolescentes em conflito com a lei; expansão

		prioritária para municípios acima de 200 mil habitantes.
Saberes da terra	PROJOVEM CAMPO	Delimitação da faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos; Inclusão do auxílio mensal de R\$ 100/ jovens atendidos; duração de 24 meses.
Consórcio social de juventude, Juventude cidadã, Escola de fábrica.	PROJOVEM TRABALHADOR	Manutenção dos objetivos de capacitação; alteração da faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos; aumento do valor do auxílio mensal repassado (de R\$ 100 para R\$ 150).

Quadro 3. Programas de juventude que foram incorporados ao (novo) Projovem

Fonte: Castro & Aquino (2008), p.148

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a trajetória recente das políticas públicas específicas para a juventude, admite-se que o país vem obtendo melhorias. Dentre as melhorias alcançadas, cabe ressaltar, a organização institucional criada a partir de 2005 no âmbito do governo federal, que inclui a SNJ, que apóia o CNJ na implementação dos programas para os jovens, especificamente o Projovem Pochmann (2008). A iniciativa do governo federal de criação de estrutura administrativa responsável para cuidar da área da juventude tem sido modelo nas outras instâncias da Federação.

Percebe-se no âmbito das secretarias nacionais uma quantidade maior de políticas públicas para os jovens em condições de vulnerabilidade e exclusão social visto que esta parcela, em sua maioria está composta por jovens residentes em locais de baixo desenvolvimento, com acesso limitado à formação escolar e profissional de qualidade e a empregos no mercado de trabalho. Na visão de Sposito (2004) esta falta de perspectivas contribui para o aumento do desemprego dos jovens, para o envolvimento destes com criminalidade e violência, ou seja, situações que não promovem a melhoria da qualidade de vida destes e nem possibilitam o rompimento com o ciclo da pobreza. Portanto, é fundamental analisar, avaliar os jovens nos diversos contextos sociais para criar estratégias de aproximação e promoção de políticas capazes de auxiliá-los no desenvolvimento das diversas dimensões de suas vidas.

Os programas destacados neste trabalho são exemplos de boas práticas em matéria de política pública para jovens, além da abertura de oportunidades estes deixam lições importantes para os formuladores de políticas públicas. Alguns dos principais pontos positivos são:

- o desenvolvimento de metodologias e práticas de monitoramento e avaliação, como componente essencial dos programas, utilizando seus dados para correção e ajuste de rota;
- a preocupação com o atendimento crescente, em grande escala da população jovem que vive em situação de vulnerabilidade social;
- a criação de um novo programa emergencial de juventude (ProJovem) – com integração curricular de educação, capacitação e ações de cidadania –, a instalação do Conselho Nacional de Juventude e a estruturação da nova Secretaria Nacional de Juventude.

Tais estratégias podem, em um primeiro momento, responder à realidade brasileira que detém elevada proporção de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Programas dessa natureza, quando bem administrados e mantidos continuamente, podem contribuir para melhorar consideravelmente as condições de vida desta população, elevando os índices de alfabetização e de escolaridade, que podem resultar em melhor inserção no mundo do trabalho. Mas, resumir a intervenção pública nesta população apenas a programas dessa natureza não é uma solução socialmente justa e definitiva. Esta só será alcançada quando estiver assegurada, de fato, educação de qualidade conjugada a políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, culturais e de lazer para todos os jovens.

Para desenvolver e implementar estas ações, a participação dos jovens é fundamental. Ou seja, é preciso abrir-lhes espaços, estimulando-os a se organizar e formar representações, ouvi-los na formulação e avaliação de projetos, assumi-los como atores e parceiros no desenho e implementação de políticas públicas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, 5, 6: p. 25-36, 1997.

BRASIL, República Federativa. **Projeto do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, qualificação e ação comunitária**. Brasília – DF, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica dos salários**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: BELFIORE-ANDERLEY, Mariangela, et alii (Orgs), *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTRO, Jorge Abrhão de, AQUINO, Luseni. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, IPEA, 2008. (Textos para discussão 1335).

DIAS, Luciana Campos de Oliveira. **Estratégia de sobrevivência de Jovens Estudantes e o programa Agente jovem**. Goiânia – 2005, Universidade Católica de Goiás. (Dissertação de Mestrado de educação)

DRAIBE, Sônia Mirian. **A política brasileira de combate a pobreza**, in: DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão social*. São Paulo, Editora Paz e terra, 1999.

FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho, **Introdução**, In: FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.), *Políticas Públicas: Juventude em pauta*, São Paulo, Cortez, 2008.

IBGE.(2008), *Indicadores Sociais 2008*. disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: Abr/2009.

LAVINAS, Lena e BARBOSA, Maria Lúcia de. **Combate a Pobreza Estimulando a Frequência Escolar: o estudo de caso do programa Bolsa-Escola de Recife**. *Revista de Ciências Sociais*. 3, 43: 447-478, 2000.

LIMA, Mário Hélio Trindade. **Políticas sociais, juventude e cidadania**, In: *Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, 2007.

POCHMANN, Márcio, **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo, ABET, 1998.

POCHMANN, Márcio, **Juventude e política social**. In: *Valor econômico*. São Paulo, 2008.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998, v. 2, p. 731-749.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo**, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, 2004 v.54: p.114 - 139.

SPOSITO, M. P; SILVA, H. H. C; & SOUZA, N. A. **A juventude e o poder local**: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista brasileira de educação*, 2006. v. 11, nº. 32, p. 238 – 357.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. *Revista Brasileira de educação*, 2003, v.24, p. 16- 39.

SPOSITO, M. P. & CARROCHANO, M. C. A. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v.7, nº.2, p. 141-172, 2005.